

Administração Pública

Análise no setor de Assistência Social destinadas a pessoas resgatadas da situação análoga à escravidão no Brasil

Rayra Paula Antônio de Assis - Discente do 7º módulo de Administração Pública, UFLA, bolsista PIBIC/UFLA(IC)

Leticia Garcia Ribeiro Dyniewicz - Orientador (a) - Professor (a) associada ao Departamento de Direito, UFLA. Contato: leticiaribeiro@ufla.br - Orientador(a)

Resumo

O trabalho escravo é um problema ainda atual que viola os direitos humanos, bem como a Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XLV. Através de uma definição construída pelo Código Penal brasileiro, a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia define elementos que configuram uma situação de trabalho análogo à escravidão: trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes no trabalho e servidão por dívida. A autora Angela Davis, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, afirma a existência de um sistema de opressões interligados com a exploração, em que o povo negro é o principal explorado. Assim, o objetivo da pesquisa é analisar e compreender em qual medida o setor da Assistência Social no Brasil assegura os direitos dos trabalhadores(as) que já estiveram e foram resgatados dessa situação. Como procedimento de coleta de dados, foram realizadas análises qualitativas a partir de pesquisas bibliográficas, com o objetivo de compreender o fenômeno estudado, seu contexto social e os significados a ele atribuídos. Adotou-se uma abordagem metodológica mista, fundamentada em dados empíricos obtidos por meio de artigos acadêmicos, revisão de literatura e análise de políticas públicas. Para o desenvolvimento do estudo, também foram examinados dados secundários sobre as características da população investigada, com ênfase nas condições relacionadas ao trabalho escravo contemporâneo e seus marcadores sociais. A pesquisa identificou que, por meio de um dispositivo administrativo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é realizado o processo de resgate dos trabalhadores em situação análoga à escravidão. Nessa ação, a equipe responsável propõe a rescisão do vínculo empregatício e convida o trabalhador a deixar o local, embora sua adesão não seja obrigatória. Caso o indivíduo não possua uma rede de apoio familiar, o empregador é responsabilizado por custear hospedagem e alimentação por um período determinado. Esse procedimento garante o acesso a direitos como seguro-desemprego, assistência social e trabalhista. No entanto, verificou-se que não há uma política pública específica voltada à inserção e capacitação profissional desses trabalhadores, o que compromete sua reintegração à sociedade e a conquista de uma vida digna. Diante disso, recomenda-se a criação de políticas públicas que promovam a qualificação profissional e o acesso à educação básica, ampliando as oportunidades de emprego e autonomia para essa população.

Palavras-Chave: Política Pública, Trabalhadores, SUAS.

Instituição de Fomento: Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Link do pitch: <https://youtu.be/GaqXQbCwjhk?feature=shared>